



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
DE MINAS GERAIS

1 Ata da **Ducentésima** Reunião Plenária do Conselho Estadual dos Direitos da  
2 Criança e do Adolescente de Minas Gerais, realizada em sua sede, no dia **1º de**  
3 **Julho de 2008**, com seu início às 14 horas e 20 minutos. **Estavam presentes os**  
4 **seguintes Conselheiros:** Regina Helena Cunha Mendes (Titular - Associação  
5 Profissionalizante do Menor - ASSPROM), Maria Cândida R. Jacques Gonçalves  
6 (Titular - SEPLAG), Maria da Consolação Faria (Titular - Conferência Nacional dos  
7 Bispos do Brasil - Regional Leste II), Ricardo Augusto Zadra (Suplente - Secretaria  
8 de Estado Fazenda), Ananias Neves Ferreira (Suplente - Centro Voluntariado de  
9 Apoio ao Menor), James Andris Pinheiro (Titular - OAB/MG), Obedes Barbosa  
10 Soares (Titular - GIS - Grupo de Instituições Solidárias), Eliana Benício Siqueira  
11 (Suplente - SEDESE), Ivan Ferreira da Silva (Suplente-SEDESE), Maria Aparecida  
12 Queiroz (Suplente da Associação Papa João XIII no Brasil), José Marcelo de  
13 Azevedo (Suplente Fundação Benjamin Guimarães) Nelly Costa Bittencourt  
14 (Suplente – Federação Estadual das Instituições de Reabilitação de Minas Gerais –  
15 FEBIEX), Odilon Pereira Andrade Neto (Titular - Secretaria de Estado da Saúde).  
16 **Justificada a ausência:** Amaury Costa Inácio Silva (Titular - Sindicato dos  
17 Psicólogos), Rosilene Estevam Nazar (Titular - Convenção Batista Mineira),  
18 Dagoberto Alves Batista (Titular - Polícia Civil), Fernanda Flaviana Souza Martins  
19 (Titular-SEDESE), Gláucia Brandão (Titular - Assembléia Legislativa de Minas), João  
20 Batista de Oliveira (Titular - Subsecretaria de Direitos Humanos - SEDESE), Ronaldo  
21 Araújo Pedron (Titular - Secretaria de Defesa Social), Cleverson Natal de Oliveira  
22 (Titular - PMMG), Raymundo Rabelo Mesquita (Titular - Inspetoria São João Bosco),  
23 Maria Conceição Barros Rezende (Titular - Secretaria Estado Fazenda), Maria do  
24 Rosário de Castro (Instituição de Educação e Construção da Cidadania) **Ausentes:**  
25 Guilherme Rodrigues de Oliveira (Suplente - Secretaria de Defesa Social), Cláudia  
26 de Souza Barbosa Garcia (Suplente - CRESS - Conselho Regional de Serviço  
27 Social). Eloísa Helena Rabelo Patrus (Suplente – Secretaria de Estado da  
28 Educação), Hudson Roberto Lino (Associação Beneficente Ágape) Rosemary Leite  
29 Mattos (Titular - Secretaria de Estado da Educação), Andréa Aparecida Cunha  
30 Soares (Suplente-Polícia Civil de Minas Gerais), Ione de Moraes Tofanelli (Titular -  
31 Associação Nosso Guri), Jonacir Dadalto (Suplente - Fundação CDL - BH para o  
32 Desenvolvimento da Criança e do Adolescente), André Quintão (Suplente -  
33 Assembléia Legislativa de Minas Gerais), Leila José Veronez (Titular - Frente Sul  
34 Mineira dos Direitos da Criança e do Adolescente), Adriana Belisário (Suplente -  
35 Associação Mineira de Reabilitação), Ivania Moraes Soares (Suplente-SEPLAG),  
36 Sônia Feres Slaib (Associação Regional dos Portadores de Deficiência - ARPODE).  
37 **Convidados:** Laura Moreira (Secretaria de Estado da Saúde), Maria das Graças  
38 Rocha (Secretaria de Estado da Saúde), Ana Penido (Coordenadora do UNICEF),  
39 Kátia Lacerda (Secretária Executiva do Comitê do Semi-Árido - SEDESE), Luiz  
40 Guilherme (Oficina de Imagens, Coordenador UNICEF). A Presidente deste CEDCA,  
41 Regina Helena abriu a Plenária cumprimentando a todos e, em seguida, leu as  
42 justificativas de ausência de alguns Conselheiros, cuja maioria se encontrava em  
43 cerimônia de conclusão de etapa do Programa de Universalização do Acesso a  
44 Serviços de Telecomunicação de Minas Gerais (Minas Comunica), realizada pela  
45 Operadora Vivo às 15 horas de hoje, no Palácio da Liberdade. Regina disse ainda  
46 ter sido convidada para a referida solenidade, mas que priorizou a Plenária deste

47 CEDCA. Colocou a necessidade de a Plenária de hoje ter que fazer certas  
48 deliberações com urgência, porque estava com algumas pendências em mãos.  
49 Falou do Termo de Cooperação Solidária Infância e Juventude, Programa do  
50 Ministério Público, cuja data de renovação de convênio com o CEDCA venceu em  
51 30/06/2008, mas que era de grande importância saber se o CEDCA tinha interesse  
52 em renovar tal convênio. Os Conselheiros presentes acharam que não seria certo  
53 fazer deliberações, tendo em vista que muitos não compareceram hoje, não  
54 existindo quorum suficiente. Assim sendo, às 14h37 a presidente deste CEDCA  
55 optou por uma reunião. Explicou e se desculpou com as convidadas, as Senhoras  
56 Maria das Graças Rocha e Laura Moreira, da Secretaria de Estado da Saúde, que  
57 vieram ao CEDCA para fazer uma apresentação. Regina disse que a plenária seria  
58 extraordinária, mas que, infelizmente, houve muitas faltas por parte dos  
59 Conselheiros, mas que a apresentação poderia ser feita. Passou-se então à  
60 apresentação da Secretaria de Estado de Saúde, feita pela Senhora Laura Moreira,  
61 na Coordenação, com a colaboração da Senhora Maria das Graças e do Senhor  
62 Odilon Pereira de Andrade Neto (Conselheiro deste CEDCA). O tema foi o Programa  
63 Viva Vida - Coordenação de Atenção à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente. O  
64 objetivo deste programa é a redução das mortalidades Infantil e materna no Estado  
65 de Minas Gerais. As metas são promover a redução da mortalidade infantil em 15%  
66 em quatro anos (2008/2011) e da mortalidade materna em 15% (pacto nacional pela  
67 redução da mortalidade materna e neonatal). O mesmo projeto terá casas de apoio  
68 a gestantes a puerpério. Serão construídas quatro casas de apoio nos seguintes  
69 hospitais: Hospital João Pinheiro, em Juiz de Fora, e hospital Julia Kubistcheck e  
70 Odete Valadares, em Belo Horizonte. A CAGEP, do hospital Sofia Feldman, está  
71 funcionando desde 2007, e o Hospital Regional Antônio Dias, do município de Patos  
72 de Minas, foi inaugurado em maio de 2008. Na qualificação da Rede Viva Vida  
73 existem Comitês de Prevenção do óbito fetal e infantil e Comitês de Prevenção de  
74 morte materna. Os Comitês são importantes como agentes na redução de óbito,  
75 contribuindo para a melhoria do sistema de registro de óbitos, e conseqüentemente,  
76 para o aumento da quantidade e da qualidade das informações sobre mortalidade.  
77 Favorecem políticas mais eficazes de assistência à mulher no planejamento familiar,  
78 durante a gravidez, nos casos de aborto, no parto e puerpério. Capacitação: até 12  
79 de junho de 2008, foram capacitados 438 profissionais de 91 municípios de Minas  
80 Gerais. Planejamento Familiar: fortalecimento das ações da Rede Viva Vida no  
81 tocante à contracepção e infertilidade. Serão realizadas as seguintes ações:  
82 aquisição e distribuição de métodos contraceptivos; aquisição e distribuição de  
83 materiais educativos e realização de capacitações em planejamento familiar. Na  
84 mobilização social, o Comitê de Defesa da Vida busca unificar os esforços de todos  
85 os setores da sociedade, de toda a população em prol da redução da mortalidade  
86 infantil e materna, espaço para uma atuação intersectorial em relação à redução de  
87 mortalidade infantil e materna. É composto por representantes de organizações  
88 governamentais e não governamentais. Convênio com ONG: desde 2005 é prevista,  
89 anualmente, a celebração de convênios com organizações não governamentais,  
90 aumentando assim a capilaridade das ações do Programa Viva Vida. Premio Ennio  
91 Leão: 2008 vai premiar os municípios com maior êxito no desenvolvimento de  
92 políticas públicas voltadas para a redução da mortalidade infantil e materna.  
93 Participarão do prêmio Ennio Leão todos os municípios do Estado de Minas Gerais,  
94 conforme a estratificação. Do Grupo I - municípios com população igual ou maior  
95 que 80.000 habitantes; Grupo II - municípios com população entre 20.000 e 79.999  
96 habitantes, Grupo III – municípios com população inferior a 20.000 habitantes.

97 Atividades Complementares: Pesquisa Nacional de Prevalência de Aleitamento  
98 Materno tem o objetivo de verificar a situação atual da amamentação e da  
99 alimentação complementar nas capitais brasileiras, bem como em outros municípios  
100 definidos pelas secretarias Estaduais de Saúde, fornecendo subsídios para a  
101 avaliação e planejamento das políticas de aleitamento materno no país. Objetivos  
102 específicos: capacitar equipes dos municípios para levantar a prevalência da  
103 amamentação e campanhas de vacinação, realizar discussão com os municípios  
104 sobre os resultados da pesquisa, com vistas ao planejamento de ações de proteção,  
105 promoção e apoio à amamentação, e formar um banco de dados de aleitamento  
106 para subsidiar o planejamento das ações no nível estadual. Qualificação de equipes  
107 de saúde da família do Semi-Árido mineiro para a atenção integral à saúde de  
108 adolescente e jovem, com o objetivo geral de qualificar profissionais da atenção  
109 primária à saúde para abordagem, atendimento e acompanhamento de  
110 adolescentes e jovens nos serviços de saúde dos municípios que compõem a  
111 microrregião de Janaúba. Objetivos específicos: sensibilizar os gestores locais para  
112 as diretrizes da atenção integral à saúde de adolescentes e jovens, capacitar  
113 profissionais das equipes de saúde da família para abordagem, atendimento e  
114 acompanhamento de adolescentes e jovens nos serviços da saúde e formar  
115 multiplicadores e referências municipais de saúde do adolescente. Resultados: taxa  
116 de mortalidade Infantil em MG, de 1996/2007, teve uma redução de 29% em relação  
117 aos dados de 2001; mortalidade materna reduziu 25% em relação ao mesmo ano de  
118 2001. Apresentação finalizada houve um breve debate entre os presentes. Obedes,  
119 aproveitando a oportunidade e a presença dos representantes da Secretaria da  
120 Saúde, perguntou ao Senhor Odilon a respeito de um projeto que foi enviado a este  
121 CEDCA (Brinquedoterapia). Ele quis saber se as crianças usam mesmo esses  
122 brinquedos. Odilon respondeu dizendo que não tem informação sobre este assunto,  
123 mas sabe que tem crianças que ficam internadas em hospitais por longos períodos,  
124 e brincar provavelmente ajudaria muito na recuperação da criança. Esse programa  
125 deve ser usado no plano diretor do hospital, mas que a Secretaria de Estado da  
126 Saúde não tem este programa. Marcelo pediu a palavra completando o referido  
127 assunto, dizendo que tem pessoas que acham que tratamento só se faz com  
128 médicos e enfermeiros, mas que não é esta a realidade, tendo outras coisas que são  
129 essenciais para a recuperação da criança, em caráter de complementação no  
130 tratamento, que envolve uma série de atores na área da saúde; que é fundamental,  
131 e que ele é fiel defensor desses tipos de tratamentos de reabilitação e reinserção da  
132 criança. Maria Aparecida Queiroz dirigiu também uma pergunta para os  
133 representantes da Secretaria da Saúde. Ela tem grande preocupação com crianças  
134 e adolescentes ligados a dependências químicas, porque têm jovens que muitas  
135 vezes morrem pedindo socorro, sem obter ajuda, e o que a Secretaria de Saúde  
136 está fazendo a respeito de tal situação. Sr. Odilon respondeu que na questão drogas  
137 e álcool a Secretaria de Estado da Saúde está longe de poder resolver tais  
138 problemas, que não se pode esperar muito só da Secretaria de Saúde (mas todos  
139 têm que estar juntos nesse caso), e que, infelizmente, no mundo a droga é um  
140 drama atual. A Conselheira Nelly, na seqüência, pergunta ao Senhor Odilon, se na  
141 Secretaria de Saúde tem algum programa, pesquisa ou alguma coisa dessa  
142 natureza voltada para a paralisia cerebral, porque têm crianças que passam da hora  
143 do nascimento e ficam com seqüelas. Com a palavra, Maria das Graças disse que  
144 não tem uma resposta formada sobre o assunto, mas que irá se informar e em uma  
145 próxima oportunidade poderá responder. Nelly disse que, no momento, o que tem  
146 visto é o incentivo para o parto normal, o que tem acarretado um grande aumento

147 nas crianças com paralisia cerebral; ela vê que na medida em que conversa com os  
148 pais da criança, chega à conclusão de que foi a causa a demora no parto; disse  
149 ainda que deveria ser trabalhados junto aos hospitais esses problemas com  
150 demoras em partos. A Sra. Maria das Graças disse que tem cartilhas na Secretaria  
151 de Estado da Saúde, para a usuária e a população em geral, referente ao assunto  
152 em questão. Nelly solicitou o material e será atendida. Sr. Odilon ainda  
153 complementou a fala de Maria das Graças. Disse que há um confronto entre duas  
154 questões: partos normais e cesarianas. Segundo ele, há uma política para  
155 desincentivar cesarianas, e a Secretaria de Estado da saúde está em busca de que  
156 todas as gestantes tenham pelo menos 06 consultas pré-natal, e que as gestantes  
157 em risco que tenham profissionais capacitados na área. Informou que existe todo um  
158 processo em andamento, mas que ainda não está em um nível desejado. Regina  
159 pediu desculpas, mas pelo adiantado da hora, não tinha mais tempo para o assunto  
160 em questão, mas disse para que os mesmos voltassem em uma nova oportunidade,  
161 e que estaremos juntos. Agradeceu a presença e a apresentação e disse que ainda  
162 terão outros momentos para discutir o assunto, seja na Plenária ou reunião de  
163 Comissões. Tendo em vista que, durante a apresentação da Secretaria de Estado  
164 de Saúde chegaram mais Conselheiros, Regina estabeleceu, a partir daquele  
165 momento, a Plenária Extraordinária. Passou-se então à apresentação do Semi-Árido  
166 (Selo UNICEF) com a Coordenadora do UNICEF Ana Penido, com a colaboração de  
167 Kátia Lacerda, Secretária Executiva do Comitê Semi-Árido (SEDESE) e Luiz  
168 Guilherme, da Oficina de Imagens, sendo distribuído o material da apresentação  
169 para os presentes. Ana abriu a apresentação dizendo que o selo UNICEF está no  
170 Brasil há 06 décadas, e que nos últimos anos conta com o apoio dos Governos  
171 Federal e Municipal. O Pacto foi assinado pelo Presidente Lula, o senhor  
172 Governador do Estado de Minas Aécio Neves, empresas, Confederação das  
173 Indústrias, o que melhora as políticas públicas. O Selo UNICEF Município Aprovado  
174 é um reconhecimento internacional, concedido a municípios do Semi-árido  
175 Brasileiro, que alcançaram importantes melhorias na qualidade vida de crianças e  
176 adolescentes. O selo é uma contribuição do UNICEF ao Pacto Nacional, um mundo  
177 para criança e adolescente do Semi-Árido, uma iniciativa que reúne governos,  
178 sociedade civil e empresas em torno da garantia dos direitos de cada criança e  
179 adolescente da região. Dessa maneira, busca criar as condições necessárias para  
180 que os Estados e Municípios do Semi-Árido alcancem os Objetivos de  
181 Desenvolvimento do Milênio (ODM). Para que o município possa participar do Selo  
182 UNICEF Município Aprovado 2008, basta que esteja localizado no Semi-Árido  
183 Brasileiro e se inscreva no projeto. A comparação entre os municípios participantes  
184 será feita dentro de cada Estado. Esses municípios serão divididos em grupos, de  
185 acordo com a situação dos indicadores do ano de 2004, que refletem a condição de  
186 vida de suas crianças e adolescentes. Esses indicadores serão ponderados por um  
187 fator relativo à riqueza municipal, ou seja, o município será comparado somente com  
188 aqueles do seu Estado que estejam em situação semelhante à sua. A avaliação será  
189 o desempenho do município na garantia dos direitos da infância e da adolescência,  
190 e será levando em conta três eixos: Impacto Social, Gestão de Políticas Públicas e  
191 Participação Social. O eixo de impacto social avalia as condições de vida de  
192 crianças e adolescentes do seu município, relacionados com 08 objetivos, que serão  
193 acompanhados por 13 indicadores, distribuídos nas áreas de saúde, educação e  
194 proteção. Ao final desta edição do selo, os dados mais recentes sobre esses  
195 indicadores dos municípios serão coletados diretamente pela UNICEF, que irá  
196 consultar fontes nacionais de informação oficial e comparar com os indicadores de

197 2004. Objetivos: Todas as crianças de até 01 ano de idade sobrevivendo, todas as  
198 famílias especialmente as mulheres grávidas com atenção básica de saúde, e as  
199 gestantes adolescentes com atenção especial; todas as crianças menores de 02  
200 anos bem nutridas, todas as crianças e adolescentes com acesso a água limpa,  
201 todas as crianças de 04 a 05 anos na pré-escola, todas as crianças e todos os  
202 adolescentes com acesso a escola, concluindo o ensino fundamental, com garantia  
203 de permanência e aprendizagem, todas as crianças e todos os adolescentes  
204 crescendo sem violência e exploração, todo as crianças com registro civil gratuito.  
205 Gestão de Políticas Públicas: As melhorias na qualidade de vida de crianças e  
206 adolescentes, refletidas pelos indicadores de impacto social, estão diretamente  
207 ligadas às ações e aos programas criados e gerenciados pelo município. Em 2008, o  
208 Selo UNICEF Município Aprovado avaliará, de forma qualitativa e quantitativa, a  
209 situação dos 12 objetivos do eixo de gestão de políticas públicas. Todas as crianças  
210 menores de 01 ano vacinadas, todas as crianças com aleitamento materno exclusivo  
211 até 06 meses, professores de educação infantil habilitados em nível médio ou  
212 superior, todas as mulheres grávidas com atenção do programa saúde da família,  
213 famílias de crianças e adolescentes participando da gestão escolar, crianças e  
214 adolescentes freqüentando escolas com padrão necessário de funcionamento, todos  
215 os municípios com sistemas de notificação e informação qualificada sobre violência  
216 e exploração, municípios oferecendo educação integral e contextualizado,  
217 municípios com sistema de abastecimento de água para consumo humano, melhorar  
218 funcionamento dos Conselhos Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente e  
219 Tutelar, todas as crianças e todos os adolescentes protegidos do HIV/aids, aumentar  
220 o orçamento público municipal voltado para crianças e adolescentes. Análise  
221 Qualitativa: Está será uma auto-avaliação do município. Participação Social: Tem por  
222 objetivo promover o envolvimento de crianças, adolescentes e a comunidade em  
223 geral, na mobilização do município em torno de quatro temas: Educação para  
224 convivência com o Semi - Árido, participação em políticas dos adolescentes e  
225 orçamento público, cultura e identidade ético-racial, esporte e cidadania. Na  
226 educação para convivência com o Semi – Árido, as escolas municipais vão mobilizar  
227 educadores, crianças e adolescentes, para que todos discutam a diversidade e as  
228 potencialidades do Semi-Árido: O clima, a geografia, a história, etc. Os municípios  
229 serão avaliados em dois aspectos, sendo eles: Quantitativos: O UNICEF irá  
230 considerar a proporção de escolas públicas municipais participantes e o percentual  
231 dos alunos envolvidos, em reação ao total de alunos matriculados nas escolas  
232 públicas de ensino fundamental. Qualitativo: Serão considerados os projetos  
233 pedagógicos, elaborados e implementados entre setembro de 2007 e julho de 2008  
234 pelas escolas, e enviados à Secretaria de Educação, que selecionará 03 para enviar  
235 para o UNICEF. Na Participação Política dos Adolescentes e Orçamento Público, o  
236 objetivo de envolver os adolescentes no debate político de seu município e no  
237 monitoramento do orçamento público. A avaliação também será feita a partir dos  
238 parâmetros quantitativo e qualitativo. O sistema de pontuação do Selo UNICEF  
239 Município Aprovado é simples. Ele está baseado em duas cores, que valem tanto  
240 para os indicadores de Impacto Social e de Gestão de Políticas Públicas, quanto  
241 para os temas de Participação Social. Cor verde: sinaliza que o município está no  
242 caminho certo, ou seja, sua situação ou desempenho está na média e ganha  
243 ponto. Vermelho: sinaliza cuidados, a situação ou desempenho do município é pior  
244 ao da média de seu grupo e precisa melhorar. O município não ganha ponto. No  
245 eixo do Impacto Social, será avaliada a melhoria da qualidade de vida de crianças e  
246 adolescentes no município em relação ao grupo. Para isso, os números mais

247 recentes dos indicadores serão comparados aos dados correspondentes de 2004.  
248 No Eixo de Gestão de Políticas Públicas, será avaliada, no ano de 2008, a situação  
249 do município. Quem estiver na média, ou melhor, ganha sinal verde. No Eixo da  
250 Participação Social, serão avaliados os resultados do trabalho realizado pelo  
251 município nos temas propostos. Os municípios que estiverem em verde, ou seja,  
252 apresentarem resultados na média, ou melhor, que seu grupo, marca ponto. Os que  
253 estiverem pior que a média, ou seja, no vermelho, não marcam. A nota final no Eixo  
254 Gestão de Políticas Públicas será somatória da menção da fase quantitativa com a  
255 qualitativa, na mesma proporção. Pontuação necessária para ganhar o Selo  
256 UNICEF. Eixos Impactos Sociais: seis indicadores em verde em pelo menos 04  
257 objetivos diferentes. Gestão de Políticas Públicas: dez indicadores verdes em pelo  
258 menos seis objetivos diferentes. Participação Social: dois temas em verde. A entrega  
259 do Selo UNICEF será realizada no final de 2008, em data e local a serem  
260 anunciados pelo UNICEF. Os municípios aprovados receberão um troféu, um  
261 certificado, autorização e as orientações para a logomarca do Selo UNICEF  
262 município Aprovado. Os municípios certificados poderão utilizar a logomarca do Selo  
263 UNICEF Município Aprovado até a entrega da próxima edição de reconhecimento,  
264 em 2010. Ao final da apresentação, Ana Penido falou que, os municípios têm até o  
265 dia 31 de agosto para concluir suas atividades e encaminhar ao UNICEF. Disse  
266 ainda que quem deste CEDCA puder ajudar os municípios, podem se sentir à  
267 vontade para dar apoio. Acrescentou ainda que no final de dezembro terá um evento  
268 de certificação, que será em Belo Horizonte. Para que os municípios tenham mais  
269 repercussão, trarão caravanas para Belo Horizonte, e que todos do CEDCA já estão  
270 convidados para o evento, que ainda não tem data, mas provavelmente será nas  
271 primeiras semanas de dezembro, porque tem que ser depois de todo o processo  
272 eleitoral. James pediu um tempinho para fazer algumas perguntas à Senhora Ana. O  
273 mesmo questionou se, com a proposta do Selo UNICEF, como fica o registro, a  
274 memória dos programas por eles acompanhados. Ana respondeu que o comitê  
275 gestor é o espaço para articulação das políticas.,O comitê está articulando para  
276 buscar interfaces com Governo, sociedade civil e associações de município. O  
277 UNICEF tem buscado esta intersectorialidade e é um dos principais objetivos do  
278 comitê. James ainda fez mais uma pergunta. Se há certa distância do comitê e o  
279 CEDCA? Ana disse que o comitê acabou de tomar posse, e Regina, a presidente  
280 deste CEDCA é a titular do mesmo. James sugeriu trabalhar juntos -  
281 UNICEF/CEDCA, numa caminhada mais próxima. Ana falou que a idéia é  
282 justamente usar o nome Selo UNICEF para facilitar as articulações e o trabalho em  
283 conjunto. Quanto à memória dos programas, será feito um relatório das ações  
284 nacionais em Minas Gerais. Esse relatório será publicado, se tudo sair da forma  
285 desejada, e será distribuído no evento de dezembro ou no início de janeiro. Será  
286 feito um relatório impresso e também em vídeo, com todo o processo. Em seguida,  
287 será montado um banco de dados na Internet, para que todos possam acompanhar  
288 a evolução do programa. Agradeceu aos presentes pela receptividade, e  
289 complementou que quer estar junto com o CEDCA mais vezes. Regina agradeceu a  
290 presença da equipe do Selo UNICEF e voltou ao assunto do Termo de Cooperação  
291 Criança e Adolescente com o Ministério Público, se o CEDCA tem interesse em  
292 renovar o convênio, porque o mesmo se encontra com o prazo vencido, vigorando  
293 até ontem, dia 30/06/08, pedindo que quem fosse a favor da renovação do mesmo  
294 pudesse se manifestar com voto. Ricardo Zadra perguntou se a Plenária havia se  
295 instalado, no dia de hoje, e afirmou que como sendo da Comissão de Orçamento e  
296 Finanças, tal termo de Cooperação deveria ser bem mais revisto. E que para votar,

297 teria que analisar melhor o teor do documento. Eliana Benício, na oportunidade,  
298 disse que a Mesa Diretora poderia ter agilizado a renovação deste Termo de  
299 Cooperação “ad referendum” da Plenária. O Secretário Executivo deste CEDCA,  
300 Walter Guedes, justificou que não teria legalidade e que o mesmo é material de  
301 Plenária; que a Mesa Diretora não delibera, somente a Plenária. Regina volta a  
302 salientar a questão do prazo deste termo de Cooperação, que já expirou, e ela nem  
303 sabe se terá prorrogação. James entende que o Termo de Cooperação está de  
304 acordo com o planejamento do CEDCA. Regina falou que a Plenária foi instalada  
305 com a chegada dos Conselheiros, durante as apresentações da Secretaria de  
306 Estado da Saúde e do Selo UNICEF. Ricardo Zadra discordou, dizendo que se a  
307 mesma não se instalou nos primeiros 15 minutos após a abertura, não se caracteriza  
308 Plenária. Regina contestou dizendo que, na grande maioria de nossas plenárias,  
309 isso não acontece nos primeiros quinze minutos. Maria Aparecida Queiroz pediu a  
310 palavra dizendo que a hora é de abrir portas e não fechá-las. Segundo ela, não se  
311 pode ter formalidades em momentos tão cruciais. James falou do Regimento e seus  
312 critérios. Ricardo leu parte do Regimento e disse ainda que se for votado hoje, os  
313 conselheiros estarão descumprindo o mesmo. Diante dos embates, Dr<sup>a</sup> Maria  
314 Cândida sugeriu encaminhar a demanda de trabalho para a Plenária do dia  
315 17/07/2008, o que todos concordaram. Regina disse que então daria outros  
316 encaminhamentos: repassou o Termo de Cooperação, enviado pelo Ministério  
317 Público, para a Comissão de Apoio a Conselhos, para ser analisada e encaminhada  
318 à próxima Plenária. Em seguida, falou que o CEAS/MG (Conselho de Assistência  
319 Social) encaminhou um ofício de Nº 202/08 para este Conselho com o teor de que  
320 recebeu uma comunicação, dia 05/06/08, do Conselho Municipal de Assistência  
321 Social de Caratinga, com denúncias de problemas ocorridos com a implantação da  
322 usina do distrito de Santo Antônio do Manhuaçu, pertencente a Caratinga, que  
323 envolve crianças do município. Ela convida um representante do CEDCA para  
324 acompanhar o CEAS em uma visita ao referido município no período de 08 a  
325 10/07/2008, objetivando reunir com o prefeito, o gestor municipal, representante do  
326 CMAS, do CMDCA, do Juizado da Infância e da Juventude local, e do  
327 empreendedor da usina, para averiguar a denúncia e encontrar formas  
328 compensatórias para os problemas ocorridos. Regina pediu para alguém da  
329 Secretaria Executiva entrar em contato com o Capitão Natal e ver se ele pode ir a  
330 Caratinga. Informe seguinte: Claudia César Rodrigues da SEDESE enviou um e-mail  
331 para o CEDCA com as datas do “Projeto da Capacitação de Conselheiros de  
332 Direitos Tutelares”, de 14/07 a 18/07 Montes Claros, 04/08 a 08/08 Passos, 01/09 a  
333 05/09 Unai, 22/09 a 26/09 Belo Horizonte. Regina falou que é fundamental os  
334 Conselheiros participarem de tais capacitações. Eliana Benício disse que irá a  
335 Montes Claros, mas que poderá ficar só até quarta feira, e que haverá vaga para 02  
336 Conselheiros. Ela disse que poderá ir pela SEDESE, deixando duas vagas livres  
337 para o CEDCA. James disse que provavelmente também irá, pedindo que  
338 encaminhe cópia do e-mail para ele. Regina falou que não poderá ir a Montes  
339 Claros, mas que deseja estar presente ao menos nas aberturas das capacitações, e  
340 fará o possível para isso. E que o Conselheiro que tiver interesse em ir a Montes  
341 Claros, posteriormente, deveria se manifestar. Próximo informe: e-mail enviado ao  
342 CEDCA, pela Senhora Meire Lia Lima, (Secretaria Especial de Direitos Humanos),  
343 assunto: Encaminhamentos do Encontro Nacional do SIPIA (Recomendações e  
344 Encaminhamentos). Próximo informe: Relatório da reunião realizada na SEDESE  
345 (Planejamento Orçamentário), no dia 05 de junho com a presença de Túlio Picinini,  
346 Osmar Gusmão, Márcia Martini e outros, a funcionária do CEDCA Nárcia Seabra

347 redigiu a memória da reunião. Regina passou o mesmo para Comissão de  
348 Orçamento e Finanças. Informe seguinte: Convite da Secretaria de Desenvolvimento  
349 Social, por intermédio da Subsecretaria de Estado de Direitos Humanos e do  
350 Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e da Assembléia Legislativa do  
351 Estado de Minas Gerais, farão realizar, nos próximos dias 11 e 12 de setembro, em  
352 Belo Horizonte, a 3ª Conferência Estadual dos Direitos Humanos, como preparação  
353 para a 11ª Conferência Nacional de Direitos. Esses órgãos convidaram também o  
354 CEDCA para participar da reunião preparatória. Já houve uma. Irá marcar outra e  
355 querem representantes deste CEDCA - um governamental e outro não-  
356 governamental. Regina irá levar o assunto na reunião Plenária do dia 17/07/2008.  
357 Informe seguinte: Dia 03 de julho haverá uma oficina, durante todo o dia, do  
358 CEDCA/SEDESE, para construção e finalização do Plano Estadual de Erradicação  
359 do Trabalho Infantil, que será realizada no hotel Bristol. Na oportunidade, Eliana  
360 falou do Projeto Promover, que acontecerá em julho, nos dias 14 e 15. Regina  
361 encaminhou para a Comissão de Políticas Públicas comunicação enviada do Jornal  
362 o Tempo para o Dr. João Batista, selecionando jogador de futebol e top model.  
363 Foram distribuídos a todos convites do Debate Público (PAC) CRIANÇA Programa  
364 Social Criança e Adolescente e os Conselhos Tutelares da Criança e do  
365 Adolescente em Minas Gerais, dia será realizado dia 04 de julho de 2008. Em  
366 tempo, Regina informou que esteve no município de Caratinga, na inauguração do  
367 Centro Solidário de Educação Infantil. Também quer registrar que esteve em  
368 Governador Valadares, na capacitação de Conselheiros Tutelares e Municipais.  
369 Teve denúncia de que Conselheiros do município de Divino de Laranjeiras não têm  
370 férias. Conselho de Nacif Raydan fazem atendimento, junto com a Secretaria Social.  
371 Não têm espaço próprio, equipamento, enfim nada. Disse que o CEDCA/MG foi  
372 solicitado a colaborar para que esta situação seja resolvida. O Secretário Executivo  
373 do CEDCA Walter, na oportunidade disse que os conselhos de Ouro Preto e  
374 Contagem também estão com problemas e pedem ajuda. A Maria Aparecida  
375 Queiroz, que se colocou à disposição para capacitações perto de seu município.  
376 Sem nenhum assunto mais a tratar, encerrou-se a reunião Plenária Extraordinária às  
377 18:30h e foi lavrada a presente ata que aprovada é assinada por todos os  
378 Conselheiros presentes à reunião.

379

380 Belo Horizonte, 11 de julho de 2008.

381